

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.497.846 - DF (2019/0127948-9)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO : CLINEFRON CLÍNICA NEFROLÓGICA DO ALTO TAQUARI
LTDA
ADVOGADO : ULISSES ANDRÉ JUNG - RS044059
ADVOGADA : ANA CLAUDIA MOREIRA DOS SANTOS - DF021025

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por FAZENDA NACIONAL, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, assim ementado:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO PELA UNIÃO (FN) DO VALOR DO EXCESSO DE EXECUÇÃO E DE APRESENTAÇÃO DE MEMÓRIA DE CÁLCULO. ART. 739-A, § 5º, DO CPC/1973. APLICABILIDADE NO CASO CONCRETO. PRECEDENTES DO STJ. NECESSIDADE DE LIQUIDAÇÃO POR ARTIGOS E NULIDADE DA EXECUÇÃO ALEGADAS APENAS EM SEDE DE RECURSO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MANUTENÇÃO. APELAÇÃO NÃO PROVIDA.

1. O parágrafo 5º do artigo 739-A do CPC/1973, vigente à época da prolação da sentença, dispõe que "quando o excesso de execução for fundamento dos embargos, o embargante deverá declarar na petição inicial o valor que entende correto, apresentando memória de cálculo, sob pena de rejeição liminar dos embargos ou de não conhecimento desse fundamento".

2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça aponta no sentido da plena aplicabilidade do art. 739-A, § 5º, do CPC/1973 em face da Fazenda Pública quando os embargos se fundam em excesso de execução.

3. Impossibilidade de análise por este Tribunal de questões não apreciadas pelo Juízo a quo, sob pena de supressão de instância.

4. Manutenção da verba honorária, posto que arbitrada mediante apreciação equitativa do juiz, nos termos do art. 20, § 3º, "a", "b" e "c", e § 4º, do CPC/1973, vigência à época da prolação da sentença.

5. Apelação não provida.

É o relatório. Decido.

No que concerne ao recurso apresentado, quanto à alegada omissão, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente aponta violação do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 (art. 535 do Código de Processo Civil de

1973), sem especificar, todavia, quais os incisos foram contrariados, a despeito da indicação de omissão, contradição, obscuridade ou erro material.

De outra parte, quanto à alegada violação do art. 917, § 3º, c/c art. 77, I, do CPC/15 (art. 739-A, § 5º, do CPC/73) incide o óbice da Súmula 283/STF, uma vez que a parte deixou de atacar fundamento autônomo e suficiente para manter o julgado, qual seja:

Na espécie, a Fazenda Nacional se insurgiu contra os cálculos de apuração do crédito exequendo por meio de embargos à execução, sustentando na petição inicial apenas excesso de execução, pugnando pela integralização a posteriori de suas razões em face da ausência de informações, as quais seriam fornecidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Desse modo, não merecem ser acolhidas as alegações de necessidade de liquidação por artigos e de nulidade da execução, trazidas tão somente na apelação, representando, portando, indevida inovação recursal haja vista que, em momento algum, perante o Juízo originário, tais questionamentos foram suscitados, o que implicaria em supressão de instância sua análise neste momento processual. (fl. 422)

Nesse sentido: “A subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do aresto impugnado impõe o não-conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula nº 283/STF: ‘É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.’” (AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.317.285/MG, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 19/12/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt nos EREsp n. 1.698.730/SP, relator Ministro Raul Araújo, Segunda Seção, DJe de 18/12/2018; e AgRg nos EAREsp n. 447.251/SP, relator Ministro João Otávio de Noronha, Corte Especial, DJe de 20/5/2016.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão

de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

